

AQUI VOCÊ PODERÁ CONFERIR OS INDICADORES DE RESULTADOS DA ELETROBRAS ELETROPAR EM 2020 E, NAS PRÓXIMAS PÁGINAS, OS NÚMEROS DE ATUAÇÃO DA EMPRESA NESSE MESMO PERÍODO.

PROPÓSITO 2020-2035

COLOCAMOS TODA NOSSA ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA SOCIEDADE.



UMA DAS 5 MAIORES GERADORAS HIDRELÉTRICAS DO MUNDO EM CAPACIDADE INSTALADA



49.801
MW
CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO



70.068
KM
DE LINHAS DE TRANSMISSÃO



48
USINAS
HIDRELÉTRICAS



171
BILHÕES DE REAIS EM ATIVOS



95%
DA CAPACIDADE EM FONTES DE ENERGIA LIMPA

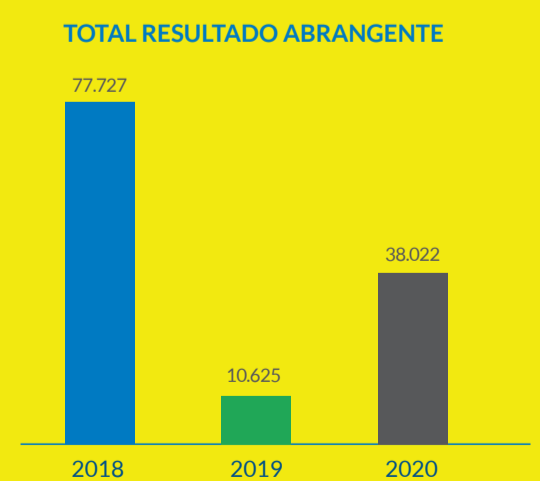
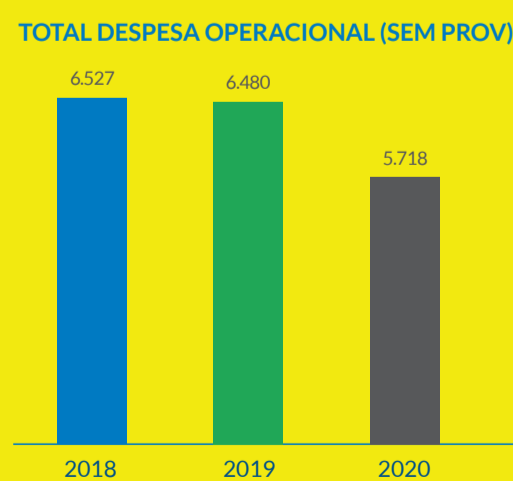


HÁ 10 ANOS LISTADA NA BOLSA DE NOVA IORQUE E NAS BOLSAS DE VALORES DE SÃO PAULO (B3) E DE MADRI (LATIBEX)

INDICADORES



DESTAQUES DE 2020



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

Senhores Acionistas,

A Administração da Eletrobrás Participações S.A. – Eletropar, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 19 de março de 2021, e do Parecer do Conselho Fiscal, também datado de 19 de março de 2021, bem como breve relato dos fatos mais relevantes que marcaram a gestão no ano de 2020.

ATIVIDADE OPERACIONAL

A Eletropar, criada pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, sob a denominação social de Light Participações S.A. – Lightpar, é uma Sociedade por Ações de Capital Aberto, controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tendo por objeto social principal a participação no capital social da Eletropar – Eletricidade de São Paulo S.A. e de outras sociedades.

A Companhia vem apresentando boa saúde econômico-financeira caracterizada pela ausência de endividamento financeiro e alta liquidez, como se identifica a seguir:

	2020	2019
Liquidez Geral	2,31	1,62
Liquidez Corrente	3,01	4,36
Endividamento total sobre Ativo	18,02%	24,10%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	22,22%	-1,35%
Margem Líquida	181,45%	-79,81%

Em relação ao Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU-Regional/RJ), foram cumpridas todas as obrigações relacionadas com a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN. O relatório de gestão e informações complementares à prestação de contas do exercício de 2019 foram apresentadas conforme DN TCU nº 178/2019. Já o relatório de gestão e demais informações referentes à prestação de contas do exercício de 2020 serão apresentados no exercício de 2021, conforme DN TCU nº 187/2020.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A posição dos investimentos da Eletropar, em 31/12/2020, apresentou a seguinte composição:

EMPRESA	TIPO	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO (%)	Valor (R\$)
CTEEP ¹	PN	4.339.188	0,66	78.866
EMAE ²	PN	523.911	1,42	10.201
Energias do Brasil ³	ON	1.892.432	0,31	37.186
Eletronet ⁴	ON/PN	149.999.999	49,00	-
Light ⁵	ON	767.234	0,26	18.644

¹ Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP

² Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE

³ EDP Energias do Brasil S.A. – ENERGIAS DO BRASIL

⁴ Eletronet S.A. – Eletronet

⁵ Light S.A. – Light

As participações nas investidas Eletronet, CTEEP e EMAE são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Sendo que, na CTEEP e EMAE isso ocorre pelo fato da controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nas mesmas empresas que as caracteriza como coligadas. Os eventos relativos a investida Eletronet estão descritos na nota 10.

Nas demais investidas foi realizada a mensuração, através da aplicação do método do valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS9 – Instrumentos Financeiros.

Tais participações possuem cotação de mercado, sendo a contrapartida decorrente de tal avaliação reconhecida como resultado abrangente, registrada no Patrimônio Líquido, na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Apresentamos a seguir o valor justo dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:

	2020	2019
Energias do Brasil	37.186	41.823
Light	18.644	18.228
	55.830	60.051

Em dezembro de 2020, o conselho de administração da Eletropar tomaram ciência da proposta do Plano de rebalanceamento da carteira de ações da Eletropar, elaborado pelo Comitê de Investimentos da companhia, que é anexo à presente, tendo os Conselheiros delegado poderes ao Comitê de Investimentos para definir quais ações serão compradas e vendidas, mantendo o Conselho informado.

CORONAVÍRUS (“COVID-19”)

A pandemia do novo coronavírus passou a orientar todos os cenários, no decorrer de 2020, e ainda tem causado impactos – positivos e negativos –, ao ambiente de negócios, aos processos e às operações das empresas Eletrobras.

Desde a chegada da pandemia ao Brasil, a reação das empresas Eletrobras foi rápida, graças a um preparo tecnológico prévio. De imediato, foram organizados comitês de crise com a participação dos presidentes das empresas coligadas. Isso permitiu agilizar processos de integração importantes, desenvolver protocolos comuns de operação, estratégias para proteção dos funcionários e ainda aprovar ações de responsabilidade social.

Todos os colaboradores da Eletropar foram alocados para o teletrabalho.

A Eletropar também integrou os esforços comandados pela holding para enfrentar os desafios impostos pela crise sanitária. Participamos da elaboração conjunta e assimilamos protocolos específicos desenvolvidos pelas empresas Eletrobras, visando manter a segurança de funcionários, diretores e conselheiros, assegurando a continuidade das operações. Ao mesmo tempo, seguimos as recomendações do Ministério da Saúde e do governo do Rio de Janeiro.

Na condição de empresa de capital aberto, a Eletropar seguiu ainda as orientações da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), por meio do Ofício Circular CVM/ SNC/SEP/nº 02/2020, para que companhias e auditores independentes avaliassem criteriosamente eventuais impactos da pandemia nos negócios, mapeando os possíveis riscos. Apesar das incertezas com a pandemia, não identificamos riscos à continuidade de nossas atividades, nem às estimativas contábeis. Tampouco foram registrados impactos diretos significativos da crise provocada pela disseminação da Covid-19 em nossas operações.

O mercado de capitais sofreu grande impacto desde a chegada da Covid-19 ao país, registrando quedas acentuadas no valor dos papéis negociados na B3. O setor elétrico – no qual atuam todas as companhias com participações societárias gerenciadas pela Eletropar –, também foi bastante impactado pela crise sanitária. Entre os efeitos negativos com reflexos nos negócios das companhias elétricas destacam-se a significativa elevação dos níveis de inadimplência, resultado do aumento recorde do desemprego e da queda de renda da população, em meio às incertezas provocadas pela pandemia. Em virtude das acentuadas quedas verificadas no mercado de capitais, a nossa carteira de participações encerrou o exercício de 2020 com variação negativa de R\$ 4.221 (R\$ 2.786 líquido dos efeitos tributários). Mesmo com a queda relevante do mercado de capitais, a carteira de participações societárias a valor justo ainda apresenta avaliação patrimonial acumulada positiva, líquida de tributos, de R\$ 20.210 ao final de dezembro de 2020.

Devido ao cenário atípico e às características potencialmente imprevisíveis da pandemia, não é possível antever com clareza os cenários que porventura poderão se materializar, no futuro, para as operações da Eletropar. A despeito da chegada da vacina, não estão claros os efeitos da crise sanitária para a economia mundial. No Brasil, também não se sabe por quantos meses mais poderá durar, nem qual a intensidade e o tempo de duração dos impactos sobre a receita da empresa.

A correlação entre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o consumo de energia elétrica indica potencial redução na demanda de energia, principalmente nos setores industrial e comercial, desde a chegada da pandemia ao país.

Considerando que uma das principais receitas da Eletropar é o recebimento de juros e dividendos sobre o capital próprio e por equivalência patrimonial de empresas do setor de energia, nessa conjuntura, existe a possibilidade de impactos negativos na receita operacional. No entanto, estima-se que tais impactos não afetarão a continuidade operacional da companhia, uma vez que possui baixa alavancagem financeira e uma situação adequada de liquidez.

No balanço de um ano absolutamente atípico, também não podemos deixar de lamentar a ocorrência de 15 mortes entre os colaboradores das empresas Eletrobras, ocasionadas pela Covid-19. Na Eletropar, não houve perda de vidas por causa da pandemia.

NEGÓCIO ELETRONET

A Eletronet S.A. (“Eletronet”) foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencentes à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (“CGT Eletrosul”), atual denominação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (“Chesf”) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletro Norte”), que, quando citadas em conjunto, são denominadas de “Cedentes”, companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”), por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso, celebrado entre Eletropar e as Cedentes, e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas, celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.), em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração.

A falta de recursos financeiros, a ausência de financiamentos de longo prazo, as dificuldades para renegociação de dívida com credores, além da perda de clientes e de oportunidades de novos negócios, inviabilizaram sua continuidade, o que culminou, em 29 de abril de 2003, no ajuizamento do pedido de autofalência pela Eletronet. Sua falência foi efetivamente decretada por meio de sentença proferida no dia 16 de maio de 2003, a qual ainda determinou, liminarmente, a continuidade dos negócios da falida (“Processo Falimentar”).

No dia 15 de dezembro de 2015, foi realizada a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet, nos termos que lhe foram propostos, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

No relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de dezembro de 2016 a 2020 da Eletronet, há um parágrafo de ênfase sobre a continuidade operacional da companhia. A conclusão dos auditores foi a de que os planos da administração para liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do plano de reestruturação e adesão ao Plano Especial de Regularização Tributária – PERT em conformidade com a Lei nº 13.496/17.

A administração da Eletropar entende que há risco de continuidade das operações da Eletronet, caso a companhia não consiga implementar as medidas para recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para cumprir com suas obrigações, revertendo assim a sua situação financeira atual.

Conforme comunicado ao mercado no dia 20 de dezembro de 2019, devido aos prazos previstos para encerramento dos Contratos de Compartilhamento e após avaliações no âmbito do projeto Eletronet, os Conselhos de Administração da Eletrobras e os das Cedentes aprovaram os seguintes instrumentos a serem celebrados: (i) 9º Termo Aditivo ao “Contrato de Cessão” entre Eletropar e as Cedentes, com a intervenção da Eletrobras, e anexos, incluindo acordo operativo, (ii) 4º Termo Aditivo ao “Contrato de Constituição do Direito”, entre a Eletronet e a Eletropar, com a intervenção da Eletrobras, visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039, incluindo a permissão de uso da infraestrutura e de fibras lançadas pela Eletronet que estejam atualmente sendo utilizados pelas Cedentes, respeitando-se os contratos celebrados pelas Cedentes com terceiros; (iii) Contratos de Confissão de Dívida entre a Eletronet, LT Bandeirante, Eletropar e Cedentes, com a intervenção da Eletrobras, com o objetivo, principalmente, de reconhecer dívida da Eletronet, no montante de R\$ 130 milhões, referidos a 31 de janeiro de 2019; e (iv) Aditivos ao Acordo de Acionistas Eletronet, com o objetivo, principalmente, de aprimorar processos de eventual alteração da composição acionária da Eletronet.

Os aditivos ao Acordo de Acionistas e aos Contratos de Compartilhamento tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado, no dia 19 de fevereiro de 2020, através do Despacho referente ao Processo nº 14021.100590/2020-98.

Em razão da autorização acima mencionada, os instrumentos foram assinados, também nesta data, e submetidos à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL no dia 20 de fevereiro de 2020. A eficácia do Aditivo ao Contrato de Cessão ficará configurada após a obtenção da anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os aditivos ao Acordo de Acionistas, os Contratos de Compartilhamento e as Confissões de Dívida possuem condições contratuais precedentes, suspensivas e resolutivas.

Os atuais Contratos de Compartilhamento contemplam a transferência de todo e qualquer benefício obtido pela Eletropar, ressalvada sua comissão comercial, para as empresas Cedentes.

Maiores detalhes são apresentados na nota explicativa nº 8, às Demonstrações Financeiras de 2020.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 118.054, dividido em 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária assim se apresenta, em 31 de dezembro de 2020:

QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
	Quantidade	(%)
Eletrobras	1	9.848.904
Minoritários	28.494	1.915.985
Total	28.495	11.764.889

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 17,31 por ação. Em 31 de dezembro de 2019, o valor patrimonial foi de R\$ 14,99 por ação.

RELACIONAMENTO COM O MERCADO DE CAPITALIS

O relacionamento com os investidores e analistas do mercado de capitais, bem como de instituições financeiras, é realizado pelo Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores. O atendimento aos acionistas é efetuado pelo Banco Bradesco, como instituição financeira depositária das ações, e pela própria Eletropar.

A seguir, o quadro contendo resumo das negociações ocorridas na BM&FBOVESPA:

1. Mercado à Vista (lote-padrão)

	2020	2019
Quantidade	79.900	110.800
Volume (R\$)	6.049.659	7.031.591
Nº de negócios	528	424
Fechamento – último pregão 2020 (R\$ / ação)	79,00	75,20

BALANÇOS PATRIMONIAIS (em milhares de Reais)	AÇÕES		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes Caixa	5	182	23
Títulos de Valores Mobiliários	6	92.442	87.140
Remuneração dos investimentos	7	7.108	1.408
Ativos fiscais a compensar	9	3.727	2.217
Outros Créditos		79	82
		103.538	90.870
NÃO CIRCULANTE			
INVESTIMENTOS	10		
Avaliados por equivalência patrimonial		89.067	81.494
Avaliados a valor justo		55.830	60.051
IMOBILIZADO		6	10
INTANGÍVEL		2	2
		144.905	141.557
		248.443	232.427
TOTAL DO ATIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Remuneração aos acionistas	14.II	9.703	-
Contas a pagar	11	22.665	19.870
Tributos e contribuições sociais	13.II	1.615	535
Obrigações estimadas		367	437
		34.350	20.842
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contrib. social diferidos	13.III	10.411	11.847
Contas a Pagar - Cedentes	11	-	23.329
		10.411	35.176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14		
Reserva legal		118.055	118.055
Reserva adicional proposto		7.138	4.875
Dividendo adicional proposto		9.251	-
Ajustes de avaliação patrimonial		15.942	23.181
Reserva de lucros a realizar		14.790	14.790
Reserva retenção de lucros para investimento		38.506	15.508
		203.682	176.409
		248.443	232.427
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Mercado Fracionário

	2020	2019
Quantidade	103.564	2.089
Volume (R\$)	8.111.684	128.364
Nº de negócios	2.403	177
Fechamento - último pregão 2020 (R\$ / ação)	72,00	75,01

3. Mercado a Termo

	2020	2019
Quantidade	-	100
Volume (R\$)	-	6.191
Nº de negócios	-	2

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado da Eletropar é composto, dada sua condição de empresa de participações, por rendimentos auferidos dos investimentos em participações societárias mantidas em sua carteira e das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em lei).

A Eletropar apresentou no quarto trimestre de 2020, lucro líquido no valor de R\$ 11.522, resultado este, superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior, quando a empresa obteve prejuízo de R\$ 1.116. No exercício de 2020, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 45.260, superior ao resultado apresentado no exercício social anterior, quando a empresa obteve prejuízo no valor de R\$ 2.385.

As receitas líquidas totais de 2020, no montante de R\$ 28.291, resultantes das Participações Societárias mantidas pela Companhia e das aplicações no Fundo Extramercado, foram 221,11% superiores àquelas auferidas no exercício social de 2019, estas no montante de R\$ 8.810.

O rendimento decorrente das participações societárias é composto pelo resultado de equivalência patrimonial das Investidas CTEEP e EMAE e pelos dividendos e juros sobre o capital próprio distribuídos pelas demais investidas (EDP Energia e Light) que são avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Tal desempenho justifica-se, já que a receita líquida total de 2019 foi impactada pela redução no ganho na equivalência patrimonial da investida CTEEP, no montante de R\$ 10.072 referente a reversão dos ajustes realizados no exercício de 2018, devido ao alinhamento das políticas contábeis entre a Eletrobras e a CTEEP.

Apresentamos a seguir a composição das receitas líquidas no exercício social de 2020:

Gráfico 1: Composição da Receita Líquida Total

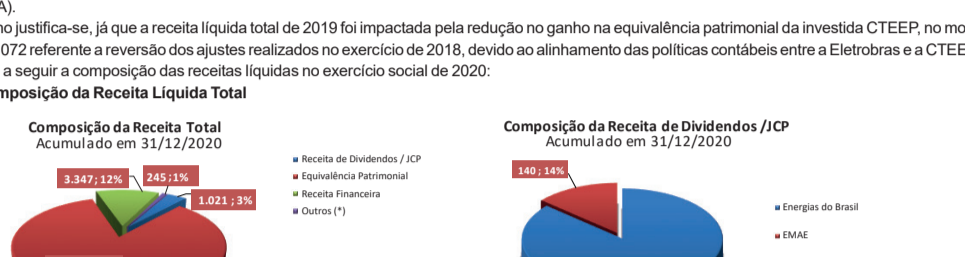


Gráfico 2: Comparativo 2020 versus 2019 - Receitas Líquidas Totais

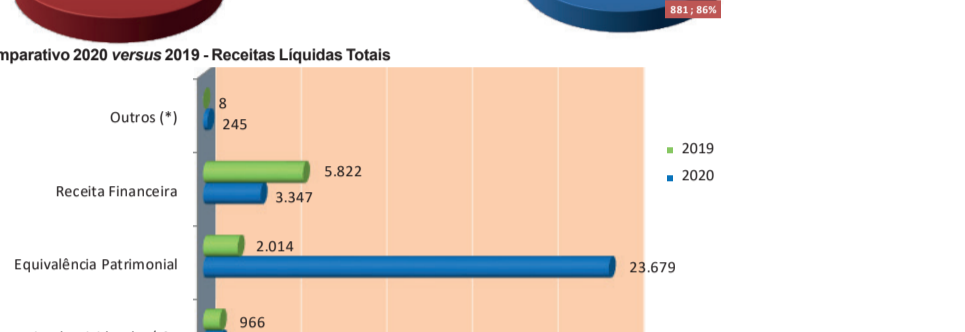
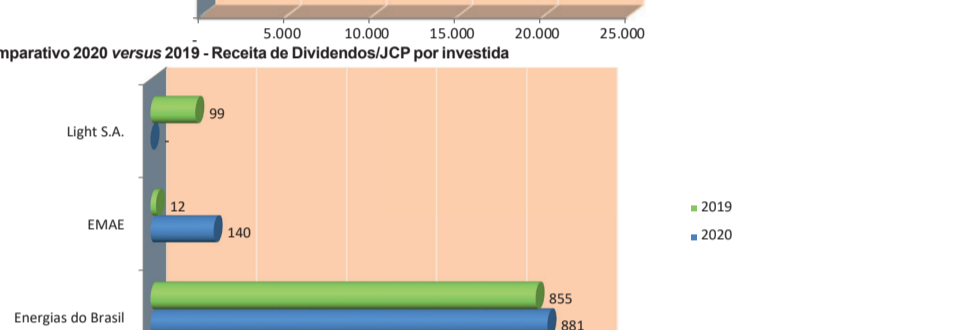


Gráfico 3: Comparativo 2020 versus 2019 - Receita de Dividendos/JCP por investida



O Resultado Financeiro em 2020, no montante de R\$ 2.707, que reflete, principalmente, os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica, apresentou redução de 41,37% quando comparado ao apurado no exercício de 2019, cujo valor foi de R\$ 4.617. Tal feito pode ser explicado pela queda na taxa Selic que rentabiliza os fundos.

Em relação às Despesas Operacionais houve reversão de provisões referente ao negócio Eletronet, no montante de R\$ 23.327 mil no primeiro trimestre de 2020, em função da prorrogação dos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99, o que excluiu a solidariedade da Eletropar no que se refere à dívida da Eletronet. Já no exercício de 2019, houve a constituição de perda com crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 2.272. Estas reversões e provisões estão detalhadas na Nota Explicativa nº 8.

Excluindo os montantes referentes à constituição e reversão de provisões, as despesas operacionais alcançaram o montante de R\$ 5.718, no exercício de 2020. Observa-se uma redução de 11,77%, em relação ao período de 2019, quando seu valor foi de R\$ 6.480. Esta redução justifica-se, em virtude da racionalização de despesas com tributos, pessoal, publicidade legal e serviços de terceiros.

PRINCIPAIS INDICADORES

A seguir, os principais indicadores econômicos e financeiros da Eletropar, relativos ao exercício de 2020, comparados com os de 2019:

	2020	2019
Receitas Operacionais	24.944	2.988
Receitas Financeiras	3.347	5.822
Receita Total	28.291	8.810
Resultado Abrangente	38.022	10.625
EBITDA (R\$ Mil)	19.230	(3.478)
Lucro Líquido (R\$ Mil)	45.260	(2.385)
Margem EBITDA	77,09%	-116,34%
Margem Líquida	181,45%	-79,81%
Lucro Por Ação – Básico e Diluído (R\$)	3,84730	(0,20271)

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e ajuste de ações.

O Estatuto Social da Eletropar, prevê em seu Art. 21, inciso XX, que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

No exercício de 2020, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 45.260.

A Administração da Eletropar, com base no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei nº 11.638/2007 e na Lei nº 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos/JCP equivalentes a 46,5% do lucro líquido ajustado do exercício, equivalente a R\$ 1,69997 por ação, correspondente ao total de R\$ 20 milhões. Esse valor será atualizado com base na taxa Selic a partir de 01/01/2021, até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente aos Juros sobre Capital Próprio e à atualização pela taxa Selic incidirão IRRF.

O valor restante será retido a título de reserva de lucros para investimentos, com o objetivo de cumprir com a previsão de investimentos constante no Plano de Negócios da companhia - PNG 2021–2025.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 202

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(em milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	45.260	(2.385)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciação e amortização	4	16
Equivalência Patrimonial	(23.679)	(2.014)
Reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.327)	-
Sub total	(1.742)	(2.111)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Remuneração dos investimentos	(5.700)	142
Ativos fiscais a compensar	(1.509)	(1.190)
Créditos diversos	-	(79)
Títulos de Valores Mobiliários	(5.302)	17.542
	(12.511)	14.142
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Tributos e contribuições sociais	35	(525)
Contas a pagar	2.795	11.161
Obrigações estimadas	(70)	75
	2.760	10.711
Dividendos recebidos	11.652	5.844
Fluxos de caixa das atividades operacionais	159	29.497
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos	-	(24.860)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	(24.778)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição Investimentos	-	(4.733)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	(4.733)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	159	(14)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23	37
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	182	23
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	159	(14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

(em milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	45.260	(2.385)
Ganhos (perdas) decorrentes da avaliação dos ativos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(4.223)	18.911
(-) IR/CS diferidos sobre avaliação ao valor justo	1.436	(6.430)
Outros resultados abrangentes - coligadas	(4.451)	529
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	38.022	10.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

(em milhares de Reais)

	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
1 - RECEITAS	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.699)	(1.992)
Reversão (Perda) Eletrotronet	23.327	(2.272)
	21.628	(4.264)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	21.628	(4.264)
4 - RETENÇÕES	-	-
Depreciação, amortização e exaustão	(4)	(15)
	(4)	(15)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA EMPRESA	21.624	(4.279)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	-	-
Receitas Financeiras	3.347	5.822
Participações societárias, dividendos e juros sobre o capital próprio	24.944	2.988
	28.291	8.810
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	49.915	4.531
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	-	-
Remuneração direta	2.493	2.723
Impostos, Taxas e Contribuições	1.282	2.819
Remuneração do capital de terceiros	880	1.374
Remuneração do capital próprio:		
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	(2.385)
Lucros retidos	25.260	-
Dividendos	20.000	-
	49.915	4.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2018	118.055	4.875	17.093	15.508	21.731	10.171	-	187.433
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	12.481	-	12.481
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	529	-	529
Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(2.385)	(2.385)
Aprovação de dividendo adicional - AGO 2018	-	-	-	-	(21.731)	-	-	(21.731)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	82	82
Destinação do Resultado:								
Constituição/ (realização) Reserva de lucros a realizar	-	-	(2.303)	-	-	-	2.303	-
Em 31 de dezembro de 2019	118.055	4.875	14.790	15.508	9.251	23.181	-	176.409
Avaliação ao valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(2.788)	-	(2.788)
Outros Resultados abrangentes - Coligadas	-	-	-	-	-	(4.451)	-	(4.451)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	45.260	45.260
Destinação do Resultado:								
Constituição de Reserva Legal	-	2.263	-	-	-	-	(2.263)	-
Constituição de Reserva Retenção de Lucros para Investimentos	-	-	-	22.998	-	-	(22.998)	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	9.251	-	(9.251)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(10.748)	(10.748)
Em 31 de dezembro de 2020	118.055	7.138	14.790	38.506	9.251	15.942	-	203.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto os mencionados em contrário)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar ("Eletropar" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, foi criada em 29 de janeiro de 1996, pela Lei nº 9.163, de 15 de dezembro de 1995, em decorrência da cisão da Light - Serviços de Eletricidade S.A., possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro e tem por objeto social a participação societária na Eletropaulo Metropolitana Light de São Paulo S.A. - Eletropaulo e em outras sociedades.

Nessa condição, a Eletropar participa no capital social da EDP - Energias do Brasil S.A., da EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e da Light - Light S.A., duas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e também, da Eletrotronet S.A. - Eletrotronet, sendo esta Sociedade de Propósito Específico, com atividades de transporte de sinais de informações e prestação de serviços de telecomunicações.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações Financeiras em 19 de março de 2021.

COVID-19

Impactos para a Eletropar

A Eletropar vem seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à operação e vem adotando todas as medidas para manter a normalidade de suas atividades.

A Companhia mantém acompanhamento diligente das suas operações, tendo aprimorado os protocolos originais de operação e ações emergenciais a serem adotadas, seguindo as orientações da *holding* Eletrobras.

A força de trabalho da Eletropar tem desempenhado com êxito suas atividades e, não se observou até o momento, nenhum impacto operacional significativo causado pela pandemia da COVID-19.

Aspectos econômicos e financeiros

Há grande incerteza sobre os efeitos da pandemia na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço do vírus. As consequências de algumas medidas que estão sendo tomadas, principalmente as relacionadas às restrições de mobilidade impostas, sobretudo, pelos governos estaduais e municipais, podem gerar queda no fluxo de caixa e impactar negativamente as operações das companhias.

A Administração da Eletropar não vislumbra riscos à continuidade de seus negócios e tampouco às estimativas e julgamentos contábeis.

No exercício de 2020, houve desvalorização da carteira de ações avaliadas ao valor justo, apresentada na Nota Explicativa nº 10, de R\$ 4.221 (R\$ 2.786 líquido dos efeitos tributários), com contrapartida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Mesmo com a queda relevante do mercado de capitais, a carteira de participações societárias a valor justo ainda apresenta avaliação patrimonial acumulada positiva, líquida de tributos, de R\$ 20.210 ao final de dezembro de 2020.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas coligadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira.

2.2. Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados, ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como "mantido para venda", caso em que é contabilizado de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 31 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em coligadas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando a Companhia realiza uma transação com uma coligada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na coligada não relacionadas à Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Remuneração dos investimentos

Representa o valor a receber referente a dividendos e juros sobre o capital próprio decorrente das participações detidas pela Companhia.

2.5. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Direitos de Uso de Software	5 anos
Móveis, utensílios e equipamentos	3-8 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados e ajustados, quando da identificação de variações significativas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.7. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, é calculado com base nas Leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias, decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

2.8. Capital Social

O valor das ações ordinárias é classificado no patrimônio líquido.

2.9. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.10. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.10.1. Receita Financeira

A receita financeira representa os rendimentos das aplicações no Fundo Extramercado do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (aplicação obrigatória definida em Lei).

2.11. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

2.12. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais.

2.13. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao IAS 1/CPC 26 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" e IAS 8/CPC 23 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro"

- Definição de negócio: alterações ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios"

- Reforma da IBOR: alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 "Instrumentos Financeiros"

- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros

- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos" As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Eletropar.

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos nas demonstrações financeiras.

2.14. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros": as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021.

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1. Fatores de Risco Financeiro

I - Risco de volatilidade no preço das ações

Considerando que a Companhia possui em sua carteira de investimentos participações societárias com cotação em bolsa de valores o risco surge das possíveis alterações nos valores de mercado dessas companhias investidas.

II - Risco de crédito das aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia são representadas pelo investimento em Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, instituições financeiras de primeira linha e que apresentam boas taxas de avaliação de *rating*.

III - Risco de taxa de juros dos rendimentos das aplicações financeiras

As aplicações financeiras no Fundo Extramercado mantido no Banco do Brasil e Caixa Econômica são remuneradas pela taxa média da Selic, e o risco surge das possíveis oscilações da referida taxa.

Os ativos financeiros que compõem a carteira do FUNDO sujeitam-se, em especial, aos seguintes riscos:

a) Risco de Taxa de Juros - A rentabilidade do fundo pode ser impactada em função da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo FUNDO, ocasionadas pela variação das taxas de juros praticadas no mercado.

b) Risco de Descausamento - A performance do fundo pode não refletir integralmente a performance do benchmark, visto que a implementação do objetivo de investimento do Fundo está sujeita a uma série de limitações. Ademais, o risco de não aderência ao benchmark pode ser incrementado em função da maior flexibilização na gestão da Carteira do FUNDO.

c) Risco de vinculação a um benchmark - O benchmark do FUNDO pode ter resultados negativos, implicando em perdas para o FUNDO.

d) Risco de juros pós-fixados (CDI, TMS) - os preços dos ativos podem variar em virtude dos spreads praticados nos ativos indexados ao CDI ou à TMS.

e) Risco de Liquidez - Consiste no risco de o FUNDO, mesmo em situação de estabilidade dos mercados, não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas, em decorrência do grande volume de solicitações de resgate e/ou outros fatores que acarretem na falta de liquidez dos mercados nos quais os ativos financeiros integrantes da Carteira são negociados, podendo tal situação perdurar por período indeterminado. Além disso, para todos os fundos que tenham despesas, o risco de liquidez compreende também a dificuldade em honrar seus compromissos. A falta de liquidez pode provocar a venda de ativos com descontos superiores aqueles observados em mercados líquidos.

f) Risco

31/12/2020		
Passivos conforme Balanço Patrimonial:	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Remuneração aos acionistas	10.748	10.748
Contas a pagar com Partes Relacionadas	22.579	22.579
Contas a pagar - Outros	86	86
	33.413	33.413

31/12/2019		
Passivos conforme Balanço Patrimonial:	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Total
Contas a pagar com Partes Relacionadas	42.911	42.911
Contas a pagar - Outros	288	288
	43.199	43.199

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente convertíveis em um montante equivalente de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e à gestão de caixa da Companhia. Para efeito deste relatório, não foram considerados como caixa e equivalentes de caixa nenhuma aplicação de liquidez imediata. O total de caixa e equivalentes de caixa encontra-se abaixo demonstrado:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	182	23

NOTA 6 - TÍTULO DE VALORES MOBILIÁRIOS - TVM

As aplicações financeiras encontram-se em fundos de investimento financeiro – extramercado FAE, FAE2 e Extra VII RIFM 1, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Os rendimentos financeiros até dezembro de 2020 foram de R\$3.347 mil.

Os fundos são administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal e são lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo.

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2020
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	67.890
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	24.552
			92.442

	Indexador	Agente Financeiro	Saldo em 31/12/2019
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Banco do Brasil	69.095
Cotas do Fundo	Pré-fixado	Caixa Econômica	18.045
			87.140

NOTA 7 - REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A remuneração dos investimentos consiste nos valores de dividendos e juros sobre o capital próprio declarados pelas investidas e ainda não recebidos pela companhia.

	31/12/2020	31/12/2019
EDP – Energias do Brasil	436	627
CTEEP	3.204	604
EMAE	3.467	177
	7.107	1.408

NOTA 8 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES COM Eletronet E EMPRESAS CEDENTES

A Eletronet S.A. ("Eletronet") foi constituída para operar uma rede de fibras ópticas pertencente a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil ("CGT Eletrosul"), atual denominação da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("CHESF") e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte", que, quando citadas em conjunto, são denominadas simplesmente de "Cedentes"), companhias controladas pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras") por meio de Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Eletropar e as Cedentes ("Contrato de Cessão de Direito de Uso") e de Contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas celebrado entre Eletronet e Eletropar (sob a antiga denominação de Light Participações S.A.) em 22 de agosto de 1999, tendo como prazo de vigência 20 (vinte) anos a contar da data de sua celebração ("Contrato de Constituição do Direito de Acesso").

Em 29 de abril de 2003, foi ajuizado o pedido de autofalência pela Eletronet. Mantendo-se a Eletronet em situação falimentar, sob gestão de interventor nomeado judicialmente, até o dia 18 de dezembro de 2015.

Foi realizada em 15 de dezembro de 2015 a Assembleia Geral de Credores da Massa Falida da Eletronet S.A., onde os credores presentes deliberaram pela quitação das obrigações da Eletronet.

No dia 20 de fevereiro de 2020, a Eletropar celebrou com a Eletronet os seguintes instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida e 1º termo aditivo ao Contrato de Confissão de Dívida, 4º e 5º termos aditivos ao Contrato ECE-1165/99, visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039.

Em paralelo, a Eletropar celebrou na mesma data, com as empresas Chesf, OGT Eletrosul, Eletronorte e Furnas (Cedentes), os instrumentos contratuais: Contrato de Confissão de Dívida e 1º termo aditivo ao Contrato de Confissão de Dívida, e 9º termo aditivo ao Contrato ECE-1166/99.

O Contrato de Confissão de Dívida definiu a questão sobre os valores referentes a cessão do direito de uso de infraestrutura do sistema de transmissão de energia elétrica, bem como de fibras ópticas disponibilizadas e/ou não ativadas, para o período de janeiro de 2016 a janeiro de 2019, que serão cobrados da Eletronet e repassados às Cedentes.

Deste modo, a Eletronet confessa e reconhece, ser devedora da Eletropar, e por sua vez a Eletropar confessa e reconhece ser devedora das Cedentes, no montante de R\$ 130.000 mil, em valores históricos relativos a data-base de 31/01/2019, cuja exigibilidade fica suspensa e condicionada à satisfação de uma das condições abaixo:

- A LT Bandeirante compromete-se a empregar os seus melhores esforços para, até 20.05.2020: (i) ofertar, prospectar, apresentar, negociar e realizar todas as atividades que se façam necessárias para que um novo terceiro investidor, seja selecionado, com o propósito de adquirir, direta ou indiretamente, as ações representativas do controle da Eletronet e, cumulativamente; (ii) que o novo Terceiro Investidor subscreva (direta ou indiretamente) ações de emissão da Eletronet em aumento de capital e integralize o competente preço no valor do Crédito Eletropar, nos termos deste Instrumento ("Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor");
- Caso não ocorra a compra de controle da Eletronet pelo Terceiro Investidor e concomitantemente a subscrição do Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor até o dia 20.05.2020, a Eletropar irá, até 22.05.2020, subscrever ações de emissão da Eletronet, integralizando o competente preço com o Crédito Eletropar ("Aumento de Capital pela Eletropar");
- Caso haja impossibilidade de realização do Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor e do Aumento de Capital pela Eletropar, até 22.05.2020, Eletropar e LT Bandeirante realizarão, até 21.05.2021, a venda conjunta da totalidade das ações de emissão da Eletronet (tanto as de titularidade da Eletropar quanto as de titularidade da LT Bandeirante), a ser conduzida pela Eletropar.

Outrossim, a Eletrobras e as empresas CEDENTES solicitaram, em 20/02/2020, à ANEEL, por meio da CTA-PR-0581/2020, a anuência do Termo Aditivo nº 09 ao Contrato ECE-1166/99, ainda em análise pelo órgão regulador.

No dia 13 de abril de 2020, a LT Bandeirante, solicitou por meio carta, prorrogação dos referidos prazos estabelecidos no Contrato de Confissão de Dívida, em virtude do cenário atual provocado pela pandemia do COVID-19, onde afetou o ambiente de negócio de todo o mundo, o que tornou inviável a realização das operações societárias no prazo estipulado no contrato.

Diante disso, a Eletropar encaminhou a solicitação da LT Bandeirante para o Comitê Diretor das Cedentes, que em reunião realizada em 12/05/2020, aprovou a prorrogação até 20/08/2020, prorrogáveis por outros 90 dias, até 20/11/2020, o prazo para cumprimento do item (i), e consequentemente a prorrogação para 22/11/2020, o prazo do item (ii) e para 20/11/2021 o prazo do item (iii).

Uma vez que ainda não se conta com a anuência da ANEEL aos contratos de cessão e compartilhamento, em 08 de outubro de 2020, foi realizada reunião do Comitê Diretor das Empresas Cedentes, onde aprovaram a prorrogação por 180 dias, extensível por mais 180 dias, a contar da data em que os contratos de cessão e compartilhamento estejam celebrados e contem, concomitantemente, com a anuência da ANEEL, dos cenários de capitalização da Eletronet por terceiro investidor ou pela Eletropar, ou ainda a venda conjunta das participações do sócio majoritário e da Eletropar, em representação às Empresas Cedentes. Diante disso, foram prorrogados por 180 dias, a contar da anuência da ANEEL, os prazos apresentados na nota explicativa nº8.

A remuneração da Eletropar, pelo exclusivo gerenciamento dos interesses das Cedentes, neste CONTRATO, constituir-se-á do valor resultante da aplicação do percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor líquido mensal recebido, pela Eletropar, da Eletronet.

Os valores serão reajustados com periodicidade anual pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M.

Todos os demais valores recebidos pela Eletropar, seja a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou quaisquer outras formas de rendimento provenientes de sua participação acionária na Eletronet, serão repassados às Cedentes.

Com a renovação desses contratos, além dos créditos assumidos no contrato de confissão de dívida, a Eletronet também reconhece:

- A obrigação de pagar a Eletropar, conforme definido no Memorando de Entendimentos, celebrado entre a Eletropar, LT Bandeirante e Eletrobras, o valor de R\$ 15.000 mil, referente aos 3 (três) últimos anos de direito de uso das fibras ópticas e respectiva infraestrutura (2013 a 2015);
- A obrigação de pagar aos Credores Quirografários que houverem optado pela novação com constituição de garantia, em Valor Superior a R\$ 100 mil, o valor equivalente a R\$ 6.560 mil por cada período de 1 (um) ano adicional que o Contrato de Cessão de Uso tiver sido prorrogado ou que a Eletronet tiver autorização para continuar a explorar os ativos e bens cedidos por meio de tal contrato, limitados ao valor de R\$ 131.204 mil. A Eletropar tem direito a um percentual de 10,63% sobre o valor corrigido, sendo este valor até dezembro de 2020 é de R\$ 20.123.

Os contratos celebrados são classificados como "contratos combinados", pois foram negociados com um único objetivo comercial e o valor a ser pago, depende do pagamento do outro.

Com a renovação dos contratos, foi excluída a solidariedade da Eletropar com relação aos créditos da Eletronet. Deste modo, a obrigação da Eletropar deve ser reconhecida à medida que os valores forem efetivamente pagos pela Eletronet, equalizando assim, a posição entre o ativo e passivo envolvidos na operação. Segue a composição das contas a receber Eletronet:

	Créditos Reconhecidos	Valores Recebidos	Saldo a Receber (31/12/20)
Contrato Confissão de Dívida - CCD	140.806	-	140.806
MOU (2013 a 2015)	15.000	-	15.000
Crédito renovação contrato	20.123	-	20.123
Crédito ROW - até 19/02/20	19.238	(19.238)	-
Crédito ROW - a partir de 20/02/20	13.541	(12.251)	1.290
Saldo patrimonial da operação	208.708	(31.489)	177.219(*)

(*) Valor integralmente provisionado em PCLD.

Segue abertura do passivo com as Cedentes, considerando os valores recebidos pela Eletropar:

	Valores CAIXA	Repasse Cedentes	Saldo a Pagar (31/12/20)
Crédito ROW - até 19/02/20	19.238	-	19.238
Crédito ROW - a partir de 20/02/20	12.251	(12.251)	-
Remuneração Fundo Invest. CEF	1.500	-	1.500
Saldo patrimonial da operação	32.989	(12.251)	20.738

Segue a composição líquida do contas a receber Eletronet x contas a Pagar Cedentes:

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a Receber - Eletronet	177.219	-
Contas a Pagar - Cedentes	(197.957)	(41.373)
Saldo patrimonial da operação	(20.738)	(41.373)

A variação entre o valor registrado em dezembro de 2019 e o saldo reconhecido em dezembro de 2020, é efeito da reversão da provisão dos valores a pagar, em função da assinatura dos aditivos aos contratos ECE 1165/99 e ECE 1166/99.

O valor de R\$ 20.738 refere-se aos valores já recebidos da Eletronet e depositados na Caixa Econômica Federal. No contrato celebrado com as cedentes, a Eletropar assumiu o compromisso de repassar às Cedentes os valores já recebidos pela Eletronet e aplicados no Fundo Extramercado da Caixa Econômica. Estes valores recebidos referem-se a parte dos valores pagos do contrato de confissão de dívida, celebrado em fevereiro de 2018, e do direito de passagem (ROW) do período de fevereiro de 2019 a 19 de fevereiro de 2020.

Segue a composição líquida no resultado:

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão/(constituição) PCLD - Eletronet	16.329	(2.272)
Rec. Despesa – Reversão complemento ROW (*)	6.998	-
Saldo resultado da operação	23.327	(2.272)

(*) Complementos no contas a pagar, com constituição de perda, referente as diferenças apuradas entre o quantitativo informado pela Eletronet e o confirmado pelas cedentes. Os valores foram reconhecidos em perdas, nos exercícios de 2017 (R\$ 5.498 mil) e 2018 (R\$ 1.500 mil).

I - Detalhamento do contas a pagar Cedentes, por empresa

Conforme estabelecidos nos contratos, a forma de satisfação do Crédito Cedentes, dependerá de como será satisfeito o Crédito Eletropar (Aumento de Capital pelo Terceiro Investidor, Aumento de Capital pela Eletropar ou Venda Conjunta). Como não há mais responsabilidade de solidariedade sobre os valores a pagar da Eletronet, os valores reconhecidos são os efetivamente recebidos pela Eletronet. Deste modo, a integralidade dos valores reconhecidos no passivo não circulante, foi revertido.

Deste modo, segue abaixo, a composição das obrigações da Eletropar para com as Cedentes.

	Abertura Saldos a Pagar Cedentes, Partes Relacionadas	
	31/12/2020	31/12/2019
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.417	12.979
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	5.669	9.965
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	2.501	5.863
CGT Eletrosul	6.151	12.596
TOTAL	20.738	41.373
Passivo Circulante	20.738	18.044
Passivo Não Circulante	-	23.329

NOTA 9 - ATIVOS FISCAIS A COMPENSAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRRF sobre aplicações financeiras/JCP	3.589	2.132
IRPJ – exercícios anteriores	56	54
CSLL – exercícios anteriores	7	7
CSLL antecipação	51	-
COFINS/PIS	24	24
	3.727	2.217

A Companhia vem utilizando tais créditos de forma consistente desde o exercício social de 2010, fato que tem dado substância à caracterização do referido ativo conforme o Pronunciamento Técnico CPC 38 – Tributos sobre o Lucro.

NOTA 10 - INVESTIMENTOS

A composição dos investimentos da Eletropar em 31 de dezembro de 2020 está distribuída da seguinte forma:

I - Empresas avaliadas pelo valor justo

	Valor de Mercado (disponível para venda)		Tipo	Quantidade	Participação (%)
	31/12/2020	31/12/2019			
Energias do Brasil ¹	37.186	41.823	ON	1.892.432	0,31
Light ²	18.644	18.228	ON	767.234	0,26
	55.830	60.051			

¹ EDP Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil

² Light S.A. – Light

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

II - Empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

A Eletropar detém participações societárias, além daquelas descritas anteriormente, nas companhias mencionadas abaixo, as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial pelo fato de a controladora da Eletropar, a Eletrobras, possuir participação nas mesmas empresas o que as caracteriza como coligadas:

	Tipo	Quantidade	Participação (%)
CTEEP	PN	4.339.188	0,658
EMAE	PN	523.911	1,420
Eletronet	PN	149.999.510	49,000

Mutação dos Investimentos

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	67.239	14.255	81.494
Participação Societária	20.859	2.820	23.679
JCP/Dividendos	(7.548)	(4.106)	(11.654)
Outros Result. Abrag. - ORA	(1.684)	(2.768)	(4.452)
Saldo em 31/12/2020	78.866	10.201	89.067

	CTEEP	EMAE	TOTAL
Saldo em 31/12/2018	73.369	12.337	85.706
Ajuste Política Contábil RBSE	(10.072)	-	(10.072)
Equivalência	10.772	1.314	12.086
Participação Societária	700	1.314	2.014
JCP/Dividendos	(6.554)	(201)	(6.755)
Outros Result. Abrag. - ORA	(276)	805	529
Saldo em 31/12/2019	67.239	14.255	81.494

A Companhia efetuou ajustes no valor do seu investimento na CTEEP, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

Os ajustes foram realizados com base nas glosas que a Secretaria de Fazenda do Estado tem realizado nos valores cobrados pela CTEEP em virtude do pagamento de aposentadoria, considerando a aplicação do pronunciamento técnico CPC nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Segue abaixo o ajuste realizado no Patrimônio Líquido da CTEEP.

	CTEEP	Partic. 0,658%
Patrimônio Líquido 31/12/20	13.754.283	90.575
Ajuste alinhamento polít. Contábeis – até dez/19	(1.575.059)	(10.368)
Ajuste alinhamento políticas contábeis no exerc. De 2020	(203.940)	(1.341)
Saldo ajustado em 31/12/20	11.975.284	78.866

II.1 Investida Eletronet

A Eletronet S.A. é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos LTDA. Sendo a Eletropar acionista minoritária, representando as Cedentes, com 49% das ações da companhia. Com o agravamento da situação financeira da Eletronet, em 16 de maio de 2003, foi deferida a sentença de falência da companhia com continuação de negócios.

A companhia permaneceu neste processo de falência com continuação de negócios até o dia 15 de dezembro de 2015, quando foi realizada a Assembleia Geral de Credores, com a aprovação do acordo para quitação das obrigações da Eletronet e o levantamento da falência.

Após assumir a companhia, os administradores empenhados no sentido de reverter a sua situação financeira e operacional vêm adotando medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações.

Atualmente a Eletronet possui capital circulante líquido negativo, (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A renovação dos contratos ECE-1165/99 e ECE-1166/99, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, é fundamental para a continuidade normal das operações da Eletronet, bem como, para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

No dia 01 de março de 2021, foram aprovadas pela administração da Eletronet as Demonstrações Financeiras de 2020.

Segue abaixo a Demonstração das mutações do passivo a descoberto do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

	Capital Social	Lucro (Prejuízos) acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Saldo em 31/12/19	321.387	(486.573)	117.704	(47.482)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	8.917	(8.917)	-
IR e CSLL s/ ajuste de Aval. Patrim.	-	(3.032)	3.032	-
Prejuízo do exercício	-	(45.319)	-	(45.319)
Saldos em 31/12/20	321.387	(526.007)	111.819	(92.801)

Foram realizados ajustes na Demonstração do passivo a descoberto da Investida para fins de adequação às políticas e práticas contábeis da Eletropar, conforme abaixo:

- Desconsideramos a reavaliação patrimonial realizada decorrente da contabilização dos efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) ICPA 10 inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes da avaliação realizada por peritos independentes. Desta forma, não estamos considerando o efeito líquido desse registro de diminuição do passivo a descoberto da investida em R\$ 111.819, sendo R\$ 135.360 relativos ao exercício de 2016, amortização em 2017 no montante de R\$ 5.885, em 2018 no montante de R\$ 5.885, em 2019 no montante de R\$ 5.886 e em 2020, no montante de R\$ 5.885.

Ad

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social de R\$ 118.054 é composto de 11.764.889 (onze milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e nove) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 está assim representada:

	QUANTIDADE DE ACIONISTAS	AÇÕES	
		Quantidade	Participação (%)
Eletrobras	1	9.848.904	83,71
Minoritários	28.494	1.915.985	16,29
	28.495	11.764.889	100,00

O valor patrimonial das ações representativas do Capital Social, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 17,31 por ação (R\$ 14,99 por ação, em 31 de dezembro de 2019).

II - Remuneração aos acionistas

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para ações, respectivamente, do capital social relativo a esta espécie e classe de ações.

O Estatuto Social da Companhia, prevê em seu Art. 21, inciso XX, que é competência do Conselho de Administração deliberar sobre a remuneração aos acionistas, com base nos resultados intermediários apurados nos termos da legislação aplicável.

A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios e estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

No exercício de 2020, a companhia apresentou lucro líquido de R\$ 45.260.

A Administração da Eletropar, com base no artigo 189 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei nº 11.638/2007 e na Lei nº 11.941/09, propõe a distribuição de dividendos/JCP equivalentes a 46,5% do lucro líquido ajustado do exercício, equivalente a R\$ 1,69997 por ação. Esse valor será atualizado com base na taxa Selic a partir de 01/01/2021, até a data do efetivo início de pagamento. Sobre a parcela referente aos Juros sobre Capital Próprio e à atualização pela taxa Selic incidirão IRRF.

O valor restante será retido a título de reserva de lucros para investimentos, com o objetivo de cumprir com a previsão de investimentos constante no Plano de Negócios da companhia - PNG 2021-2025.

Nos termos da Interpretação Técnica ICPC 08, o montante que foi reconhecido como obrigação em 31 de dezembro de 2020, representa o mínimo obrigatório definido no estatuto da Companhia, que monta R\$ 10.748 (no valor de R\$ 0,91368 por ação), sendo dividendos no montante de R\$ 3.777 (no valor de R\$ 0,32105 por ação) e juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 6.971 (no valor de R\$ 0,59260 por ação), sujeito à retenção do Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15% (quinze por cento). O restante, no valor de R\$ 9.251 (no valor de R\$ 0,78629 por ação), está classificado em conta específica do Patrimônio Líquido, na rubrica Dividendo Adicional Proposto, até que a Assembleia Geral Ordinária se manifeste sobre o assunto.

Lucro Líquido do Exercício	45.260
(-) Reserva legal	(2.263)
Lucro Líquido Ajustado	<u>42.997</u>
(+) Dividendos prescritos	-
Saldo a distribuir	<u>42.997</u>

	Dividendo p/ ação	
Proposta de destinação do resultado:		
Reserva de Lucros p/ Investimentos	22.998	
Juros s/ Capital Próprio (Parte Dividendo Obrigatório)	6.971	0,59260
Dividendo mínimo obrigatório	3.777	0,32108
Dividendo adicional proposto	<u>9.251</u>	<u>0,78629</u>
	<u>42.997</u>	<u>1,69997</u>

III - Ajustes de avaliação patrimonial

Os investimentos em instrumentos de patrimônio sem influência significativa, são mensurados ao valor justo com os ganhos e perdas oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos em outros resultados abrangentes, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica "Outros Resultados Abrangentes" para "Lucros ou Prejuízos Acumulados").

Abaixo apresentamos a composição dos valores classificados em "Ajustes de avaliação patrimonial".

	31/12/2020	31/12/2019
Mens. a valor justo de at. Financ. ao VJORA(*)	20.208	22.996
EDP Energia	16.274	19.334
Light	3.934	3.662
Ajuste - ORA - reflexo de coligada	(4.266)	185
CTEEP	(1.625)	58
EMAE	(2.641)	127
	<u>15.942</u>	<u>23.181</u>

(*) Valores líquidos de IRPJ/CSLL

NOTA 15 - LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Apresentamos a seguir o lucro por ação básico e diluído conforme os parâmetros definidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Lucro por ação:

	01/01/2020 a 31/12/2020		
Numerador		Ordinárias	Total
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	45.260	45.260	45.260
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765	
% de ações em relação ao total	100%	100%	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>3,84730</u>	<u>3,84730</u>	
	01/01/2019 a 31/12/2019	Ordinárias	Total
Numerador		(2.385)	(2.385)
Prejuízo atribuível a cada classe de ações			
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações	11.765	11.765	
% de ações em relação ao total	100%	100%	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	<u>(0,20271)</u>	<u>(0,20271)</u>	

NOTA 16 - PARTES RELACIONADAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 5 – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

DIRETORIA

Oscar Alfredo Salomão Filho
Diretor Presidente

Ivo Sergio Baran
Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores

Glauco Dourado dos Santos
Contadora - CRC-RJ 101.402/O-6

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oscar Alfredo Salomão Filho
Conselheiro

Carlos Alberto Policaro
Conselheiro

Henrique Villa da Costa Ferreira
Conselheiro

Ana Claudia Amaral Ferreira Dutra
Conselheira

CONSELHO FISCAL

Adriana Gomes de Paula Rocha
Presidente

Luiz Manoel Claro Soares
Conselheiro

Raquel Mazal Krauss
Conselheira

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar

("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria em 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, o Principal Assunto de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior.

Porque é um PAA

Direitos e Obrigações com a Eletrobrás e empresas cedentes (Nota 8)

A Companhia é responsável por gerir a prestação de serviços de telecomunicação realizada pela sua investida Eletrobrás S.A. ("Eletrobrás") para as empresas cedentes do Grupo Eletrobras. A Companhia, em 22 de agosto de 1999 firmou contrato de Constituição do Direito de Acesso à Infraestrutura do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica e as fibras ópticas junto a Eletrobrás e Contrato de Cessão de Direito de Uso celebrado entre Companhia e as empresas cedentes tendo como prazo de vigência 20 anos.

Em 20 fevereiro de 2020, foram celebrados aditivos contratuais entre a Companhia e a Eletrobrás e outro com as cedentes visando, principalmente, a prorrogação do prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039. Adicionalmente foram assinados também contratos de confissão de dívida entre a Companhia, Eletrobrás, LT Bandeirante e as cedentes com objetivo de reconhecer dívida da Eletrobrás. Os referidos aditivos contratuais tiveram a anuência do Ministério da Economia, através da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado e a Companhia aguarda a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Adicionalmente, o referido contrato assinado no exercício de 2020 excluiu a responsabilidade solidária da Companhia relacionada às obrigações atribuídas à Eletrobrás.

Atualmente a Eletrobrás possui capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) e prejuízo acumulado. A Companhia mantém o valor do investimento na Eletrobrás integralmente provisionado (Nota 10).

Em função dos aspectos acima mencionados, esse assunto permanece como um tema de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, avaliação do acordo de acionistas que define as obrigações e direitos destes além da leitura dos contratos, acordo de credores e instrumento de confissão de dívida e confronto dos documentos com os saldos contabilizados na Companhia. Também realizamos o procedimento de confirmação de saldos entre as empresas cedentes e a investida Eletrobrás e confrontamos com os saldos registrados contabilmente na Companhia.

Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas, analisamos os elementos que fundamentam o entendimento dos assessores jurídicos da Companhia, bem como analisamos as condições estabelecidas nos aditivos contratuais.

Avaliávamos também a adequação das divulgações efetuadas quanto aos direitos e obrigações entre a Eletrobrás e as empresas cedentes.

Como resultado dos procedimentos descritos acima, consideramos que o modelo de mensuração e as premissas adotadas pela administração da Companhia são razoáveis.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 19 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2021.

Oscar Alfredo Salomão Filho - *Diretor Presidente*

Ivo Sergio Baran - *Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores*

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, em cumprimento ao disposto nos incisos II e VII, do Artigo 163, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em reunião realizada no dia de hoje, examinaram o Relatório da Administração; a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras; a Declaração dos Dirigentes sobre o Relatório dos Auditores Independentes; o Balanço Patrimonial; a Demonstração do Resultado do Exercício; a Demonstração do Resultado Abrangente; a Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido; a Demonstração dos Fluxos de Caixa; a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, aprovados pelo Conselho de Administração (Ata da Reunião 04 do Conselho de Administração realizada em 19 de março de 2021) e o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, PricewaterhouseCoopers

Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC, a Eletropar possui como partes relacionadas: sua controladora, coligadas e o pessoal-chave da administração. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

I - Controladora

Os saldos decorrentes de transações mantidas com a Eletrobras são apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		
Contas a pagar	1.841	1.538
- Eletrobras ³	<u>1.841</u>	<u>1.538</u>
RESULTADO		
Gastos com pessoal requisitado	1.823	2.314
Aluguel	240	169
Limpeza e Conservação	-	25
Cópias	-	18
Energia	-	10
Telefone	-	13
Auditoria Externa	20	17
	<u>2.083</u>	<u>2.566</u>

³ Os saldos dessa rubrica são decorrentes de valores a serem reembolsados à Eletrobras em função dos seguintes itens:

- Convênio firmado entre Eletrobras e Eletropar para utilização, pela Eletropar, da infraestrutura administrativa da Eletrobras, contemplando os serviços de copa, segurança, limpeza e informática.
- Valores relacionados com o aluguel da sede administrativa da Eletropar, cujo espaço físico está sublocado pela Eletrobras à Eletropar, através de contrato firmado entre as partes.
- Saldos decorrentes de reembolso a ser efetuado à Eletrobras dos gastos com o pessoal requisitado pela Eletropar à Eletrobras.

II - Coligadas

	31/12/2020	31/12/2019
CTEEP		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	7.548	6.554
Participação Societária	<u>78.866</u>	<u>67.239</u>
	86.414	73.793
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(1.684)	(277)
	<u>(1.684)</u>	<u>(277)</u>
	31/12/2020	31/12/2019
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	20.859	10.772
Reversão Ajuste RBSE	-	(10.072)
	<u>20.859</u>	<u>700</u>
	31/12/2020	31/12/2019
EMAE		
ATIVO		
Remuneração dos investimentos	4.106	201
Participação Societária	<u>10.201</u>	<u>14.255</u>
	14.307	14.456
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Outros resultados abrangentes	(2.768)	805
	<u>(2.768)</u>	<u>805</u>
	31/12/2020	31/12/2019
RESULTADO		
Resultado com participações societárias	2.820	1.314
	<u>2.820</u>	<u>1.314</u>

III - Eletrobrás e empresas cedentes

O detalhamento do relacionamento da Companhia com a Eletrobrás e as empresas cedentes é apresentado na nota explicativa nº 8.

IV - Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores.

	31/12/2020	31/12/2019
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	966	1.032
Encargos Sociais	304	291
Benefícios	27	33
	<u>1.297</u>	<u>1.356</u>

NOTA 17 - PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS VINCULADAS A PROCESSOS JUDICIAIS

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

A Companhia não possui processos com risco de desembolso futuro provável. No entanto, existem 3 processos remotos e 1 possível que atua como solidária, sendo três originais da Eletrobrás e um da Eletropar. O processo possível é no montante de R\$647 mil.

NOTA 18 - EVENTO SUBSEQUENTE

I - Recebimentos crédito Eletrobrás

No mês de janeiro de 2021, a Eletrobrás realizou o pagamento de R\$ 1.290 mil referente a apuração do direito de passagem do mês de dezembro de 2020, conforme Memorando de Entendimentos (MoU).

II - Vendas da participação na Light S.A.

No período de 08 a 20 de janeiro e 2021, a companhia vendeu a totalidade de ações da investida Light S.A.

O ganho líquido de tributos apurado na venda das ações foi no montante de R\$ 3.691 mil. Este ganho foi reconhecido no Patrimônio Líquido, em "Outros Resultados Abrangentes – ORA", em função do CPC 48/IFRS 9.

III - Aquisição de ações - B3.

No mês de fevereiro de 2021, a companhia realizou aquisição de 380 mil ações da TAESA S.A., o que representa 0,04% de participação, e de 214,4 mil ações da CTEEP, aumentando sua participação de 0,66% para 0,69%.

DIRETORIA	
Oscar Alfredo Salomão Filho <i>Diretor Presidente</i>	Ivo Sergio Baran <i>Diretor Financeiro, de Gestão e de Relações com Investidores</i>
Glauco Dourado dos Santos <i>Contadora - CRC-RJ 101.402/O-6</i>	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Oscar Alfredo Salomão Filho <i>Conselheiro</i>	Carlos Alberto Policaro <i>Conselheiro</i>
Henrique Villa da Costa Ferreira <i>Conselheiro</i>	Ana Claudia Amaral Ferreira Dutra <i>Conselheira</i>
CONSELHO FISCAL	
Adriana Gomes de Paula Rocha <i>Presidente</i>	Luiz Manoel Claro Soares <i>Conselheiro</i>
	Raquel Mazal Krauss <i>Conselheira</i>

relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



PARA SABER MAIS, ACESSE:

 eletrobraspar.com/